

CAPÍTULO 25

Onde estão as ministras? A relação entre gênero e o prestígio dos cargos de primeiro escalão do governo

Erivelto Amarante

Resumo

Nos últimos anos, tornou-se comum a nomeação de mulheres para o primeiro escalão de um governo. Contudo, nem sempre elas ocupam os cargos mais importantes. Diante desse contexto, o artigo analisa a igualdade de gênero em cargos ministeriais a partir do banco de dados da ONU divulgado em 2020 com dados quantitativos de 190 países sobre o recrutamento de mulheres para o primeiro escalão de governo. Nosso objetivo é medir o grau de prestígio das pastas considerando a classificação proposta por Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson. As autoras graduaram as pastas de acordo com o seu impacto, separando em três grupos: alto, médio e baixo prestígio. Trabalhamos com a hipótese de que a maior parte dos postos chefiados por mulheres sejam de baixa visibilidade. O resultado apontou que os ministérios mais relevantes continuam sendo comandados por homens e que as mulheres ocupam pastas temáticas, como da Família e de Assuntos Femininos, de baixo prestígio.

Palavras-chave: recrutamento ministerial; mulheres; representação; elites políticas; participação política.

1. Introdução

A participação é um componente essencial da democracia representativa e um indicador de legitimidade política, aceitação pelos cidadãos de uma forma democrática de governo e o sentido de responsabilidade coletiva e dever cívico (SCHLOZMAN, BRADY; VERBA, 2018). Taxas diferenciais de participação para qualquer subgrupo merecem atenção, mas as diferenças de gênero são ainda mais dignas de atenção (LAWLESS, 2004). No contexto histórico, as mu-

lheres foram deliberadamente excluídas do poder político e da participação nas democracias e as diferenças na participação em muitos casos não foram eliminadas, mesmo com a remoção das barreiras formais para votar e ocupar cargos públicos. Freidenberg (2020) argumenta que fatores institucionais, culturais e socioeconômicos afetam a posição das mulheres nas elites políticas.

A literatura sobre participação da mulher na política tem se dedicado nos últimos anos a investigar se a identidade de gênero das mulheres influencia suas preferências políticas. Outro debate é se as legisladoras devem assumir posições específicas sobre essas questões para que as suas preferências sejam consideradas como representação substantiva desse grupo. Dahlerup (2014), por exemplo, acredita que os interesses das mulheres apenas fazem sentido quando vinculados a preferências políticas que desafiam a dominação masculina. Para O'Brien e Piscopo (2019), independentemente dos interesses que as representam, as mulheres enfrentam restrições institucionais.

A Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou um relatório¹ quantitativo mapeando os cargos ministeriais ocupados por mulheres em nível global. O banco de dados inclui informações de 190 países. Com isso, propomos nesse artigo classificar as pastas de acordo com a sua relevância política. Para a tanto, testamos a hipótese de que os ministérios ocupados pelas mulheres são os menos prestigiados do ponto de vista político e orçamentário. Na metodologia, adotamos a classificação de Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005), que graduaram as pastas de acordo com a sua importância. As autoras separaram os ministérios em três grupos: alto, médio e baixo prestígio.

¹ Disponível em <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/03/women-in-politics-map-2020>. Acesso em 10 abr. 2021.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte tratamos das discussões teóricas e empíricas sobre a participação da mulher na política; em seguida, detalhamos os aspectos metodológicos e partimos para a discussão dos resultados tratando da presença das mulheres nos cargos ministeriais. Conforme nosso objetivo, relacionamos os dados brutos de acordo com a importância de cada pasta. Por fim, apresentamos a conclusão e propomos abordagens para estudos futuros.

2. Mulheres no governo

De acordo com Redmond (2020), de modo geral, quando as mulheres são encontradas no comando de gabinetes nas democracias ao redor do mundo, normalmente elas estão incluídas em pastas de menos prestígio, como Cultura, Meio Ambiente, Família, Saúde e Assuntos da Mulher. Norris (1997) considera os componentes de “oferta” e “demanda” do recrutamento político como um fator importante para entender o motivo pelo qual os líderes nomeiam mulheres para seus gabinetes e as colocam em posições de prestígio.

Os componentes de fornecimento incluem as motivações dos governantes e capital político, como ativos financeiros, experiência partidária, qualificações educacionais e habilidades legislativas. Já do lado da demanda de recrutamento estão aqueles que selecionam os candidatos e decidem as qualificações necessárias. “Para o recrutamento de gabinete, a demanda deve ser uma função dos benefícios políticos e custos de preencher um cargo de gabinete com uma mulher versus um homem, ou representando outro grupo, por exemplo, minoria étnica, parceiro de coalizão.” (NORRIS, 1997, p. 100).

Alberti et al (2021) acreditam que os fatores de oferta e demanda que afetam as nomeações de mulheres para os ministérios incorporam forças que os presidentes controlam e não controlam ao

fazer as seleções para o gabinete. Para True e Mintrom (2001) os benefícios pelo aumento da nomeação de mulheres para os gabinetes também podem vir do cumprimento de tratados, ou maior respeito por um país à medida que aumenta a pressão internacional pela igualdade de gênero.

O desenho institucional gera restrições que afetam em maior ou menor grau a presença das mulheres no primeiro escalão de governo. Rawłuszko (2019) considera que a necessidade de um primeiro-ministro de manter um voto de confiança no parlamento em contraposição a maior estabilidade dos sistemas presidencialistas na preservação do mandato tende a permitir aos presidentes mais liberdade em fazer nomeações para o gabinete do que os primeiros-ministros.

Não obstante, muitos sistemas parlamentaristas têm uma norma em que os ministros de gabinete precisam ser membros do parlamento. Por sua vez, esse requisito não existe nos sistemas presidencialistas, onde alguns países exigem que um legislador renuncie a sua cadeira para assumir um cargo no governo.

Os movimentos de mulheres têm pressionado nas últimas décadas os governos a abordar a desigualdade de gênero nas esferas econômica, social e política. Em resposta a essa pressão, algumas democracias viram uma expansão significativa na representação das mulheres. Contudo, Feeney e Camarena (2021) ressaltam que a paridade de gênero continua sendo a exceção e mesmo onde o número de mulheres nas legislaturas está aumentando, elas normalmente ocupam poucos cargos executivos. Schwindt-Bayer (2018) destaca que na América Latina tem crescido o número de mulheres que ocupam cargos de maior estatura, citando os casos de Costa Rica, Colômbia e México.

O recrutamento para o primeiro escalão de um governo ocorre de várias maneiras. Muitos já estavam exercendo antes alguma fun-

ção burocrática ou militar na estrutura pública. Alberti et al (2021) consideram que a experiência em cargos eletivos é o caminho principal, especialmente nos sistemas parlamentaristas. No entanto, outros pesquisadores argumentam que a eleição para o legislativo pode não ser suficiente, ou mesmo necessária.

Homola (2021) lembra que nos sistemas presidencialistas, os ministros não precisam vir da legislatura e o aumento da representação das mulheres no Congresso pode não afetar a seleção de mulheres para cargos de gabinete.

Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005) consideram que a probabilidade de mulheres serem nomeadas como ministras aumenta à medida que: "(H1a) mais mulheres têm educação superior; (H1b) mais mulheres têm experiência na força de trabalho; e (H1c) há mais mulheres na legislatura" (ESCOBAR-LEMMON; TAYLOR-ROBINSON, 2005, p. 831). As autoras também consideram outras hipóteses como relevantes para a nomeação de mulheres para cargos ministeriais.

Citando a América Latina como exemplo, elas argumentam que os presidentes dos partidos de esquerda tendem a oferecer mais condições para a nomeação de mulheres para seus gabinetes do que os de direita. Neste caso, "(H2) a probabilidade de mulheres serem nomeadas para o gabinete e de receberem cargos de chefia aumenta quando o presidente é de partido de esquerda" (ESCOBAR-LEMMON; TAYLOR-ROBINSON, 2005, p. 831).

Por sua vez, outro fator importante é a obtenção, ou não, de uma base de apoio consistente no parlamento para governar. Nesse sentido, "(H3) a probabilidade de que mulheres sejam indicadas para o gabinete e recebam cargos de alto escalão aumenta quando o partido do presidente tem maioria segura na legislatura" (ESCOBAR-LEMMON; TAYLOR-ROBINSON, 2005, p. 832).

A demanda por mulheres ministras é resultado dos custos e benefícios políticos para um governante de nomear uma mulher para um cargo. Amorim Neto (2002) argumenta que um presidente sem maioria pode pagar um preço alto para nomear mulheres para seu gabinete. Ao fazer isso, esses cargos podem não ser usados para trazer outros partidos para o primeiro escalão, o que diminui as chances de formar um governo de coalizão.

Redmond (2020) lembra que os líderes partidários são geralmente do sexo masculino e esperam ocupar os cargos mais importantes do governo. Sobre fatores ideológicos, ele acredita que o efeito das posições do partido pode diminuir com o tempo. No entanto, Norris (1987) e Davis (1997) lembram que em democracias parlamentares estabelecidas, os partidos de centro e direita adotaram políticas favoráveis às mulheres devido à preocupação com a perda de votos para os partidos de esquerda.

3. Contexto regional e global

Encontramos na literatura vários estudos sobre o recrutamento de mulheres para o primeiro escalão de governo e também sobre a igualdade de gênero na representação política. Espinoza e Gerardi (2015) analisaram a formação dos gabinetes presidenciais do Brasil e da Bolívia. Em 2005, Evo Morales venceu a eleição com mais de 50% dos votos válidos e passou a incluir pela primeira vez na história do país representantes de povos indígenas para cargos-chaves do governo.

Com a eleição de Morales, membros da etnia aymaras assumiram cargos de ministros de Relações Exteriores e da Educação. As mulheres também ganharam espaço, com destaque para Delaíde Miranda Arantes, dirigente das empregadas domésticas, nomeada para o posto de ministra de Justiça. Neste caso, a escolha deu-se “não pela

sua especialização jurídica, mas pela sua experiência nas injustiças que acontecem em nome da justiça” (ESPINOZA; GERARDI, 2015, p. 5).

Espinoza e Gerardi (2015) também estudaram a formação do primeiro gabinete ministerial da presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher eleita para o cargo máximo do Executivo com um total de 55,8 milhões de votos. Ao assumir o mandato, em 2011, das 37 pastas, 9 eram ministros oriundos do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Eles lembram que as mulheres ocuparam 9 ministérios, superando todas as equipes ministeriais montadas desde a redemocratização.

Quanto ao perfil das ministras, os autores relatam que a maior parte eram bacharéis em direito, sendo São Paulo o estado com mais representantes, seis do Partido dos Trabalhadores (PT). Por sua vez, o restante não possuía vinculação partidária. Entre os ministérios ocupados por mulheres no primeiro governo Dilma estavam a pasta do Meio Ambiente e a da Cultura.

Gitirana e Kreuz (2020) analisaram as mulheres que ocuparam cargos no governo brasileiro entre 1985 e 2019. As autoras concluíram que a presença delas nos cargos mais altos da República, “além de ser incipiente, conta com diversos elementos definidores sobre quem são as pessoas que ‘podem’ ocupar esses espaços – a mulher que chega ao cargo de ministra é aquela que obteve diferentes ‘acúmulos’ políticos e pessoais que lhe possibilitaram alcançar tal feito” (GITIRANA; KREUZ, 2020, p. 262).

Ao analisar os currículos, as autoras constataram que a formação acadêmica das ministras estava ligada principalmente aos cursos de direito, economia e serviço social. “Os capitais político e partidário são elementos de destaque – o segundo especialmente ao longo dos governos do PT, que privilegiou mulheres organicamente inseridas

no partido” (GITIRANA; KREUZ, 2020, p. 263). O resultado apontou ainda que nos governos petistas a inserção de mulheres em movimentos sociais também foi um fator importante para o recrutamento.

Na América Latina, Desposato e Norrander (2009) realizaram um levantamento com base em dados agregados de 16 países do Latinobarômetro e concluíram que dois fatores individuais influenciam as taxas de participação: emprego e idade. As mulheres com emprego formal são expostas a novos canais de comunicação, o que favorece o aumento da participação. As autoras consideram que educação, renda e situação de emprego são preditores consistentes da participação das mulheres em países desenvolvidos, podendo inclusive diminuir as diferenças de gênero.

Na África Subsaariana, Barnes e Bouchard (2013) analisaram por meio de dados do Afrobarômetro de 20 países a porcentagem de mulheres que se engajam politicamente na região. Elas constataram que à medida que a representação das mulheres aumenta, com a inclusão em posições políticas de elite, a diferença de gênero na participação diminui.

Na Europa, Redmond (2020) examinou as características das carreiras dos ministros no continente. Segundo ele, os detentores desses cargos não representam socialmente a população dos países que lideram, principalmente em relação aos principais segmentos da classe média. Além disso, as mulheres e os trabalhadores manuais estão sub-representados nos governos nacionais. Enquanto isso, advogados, funcionários públicos e empresários ocupam a maior parte das pastas nos principais países europeus.

4. Modelo de análise

Como nosso propósito é analisar a representação de gênero nos cargos governamentais de elite em nível global, usaremos o banco de dados da ONU Mulheres, que traz informações sobre de 190 países sobre a participação das mulheres em cargos ministeriais e nos parlamentos. Para esta análise, nos interessa apenas a primeira.

Os dados foram publicados em 2020 e detalham quantitativamente os ministérios chefiados por mulheres apresentando a posição de cada país. Portanto, trata-se de uma pesquisa em estado bruto. Nosso objetivo é justamente buscar explicações através da literatura e testar nossa hipótese que considera que os cargos ministeriais ocupados por mulheres são aqueles com menor visibilidade e importância política e orçamentária.

Para Godoy (1995) a partir dos resultados brutos de um determinado estudo, o pesquisador procurará torná-los significativos, validando ou não tais achados. A autora ressalta que os referenciais teóricos são essenciais para guiar a atenção na interpretação dos dados. “Assim, num movimento contínuo da teoria para os dados e vice-versa, as evidências vão se tornando cada vez mais claras e apropriadas aos propósitos do estudo” (GODOY, 1995, p. 24).

Para medir o grau de prestígio de cada pasta, utilizamos como referencial a classificação sugerida por Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005). As autoras dividiram a relevância dos cargos de acordo com cada área em três grupos: alto, médio e baixo prestígio. Segundo elas, os ministérios de maior importância de um gabinete são: Defesa e Segurança Pública; Finanças e Economia; Relações exteriores e Interior. Por sua vez, os ministérios com menos relevância para as mulheres na visão das autoras são: Crianças e Família; Cultura; Ciência e Tecnologia; Esportes e Turismo; e, Assuntos femininos.

Para Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005), as demais pastas consideradas de médio prestígio ministerial são: Agricultura, Pesca e Pecuária; Construção e Obras Públicas; Meio Ambiente e Recursos Naturais; Bem-Estar Social; Indústria e Comércio; Justiça; Trabalho; Transporte, Comunicações e Informações; e, Planejamento e Desenvolvimento (ESCOBAR-LEMMON; TAYLOR-ROBINSON, 2005, p. 839). Isto posto, apresentamos a seguir os resultados.

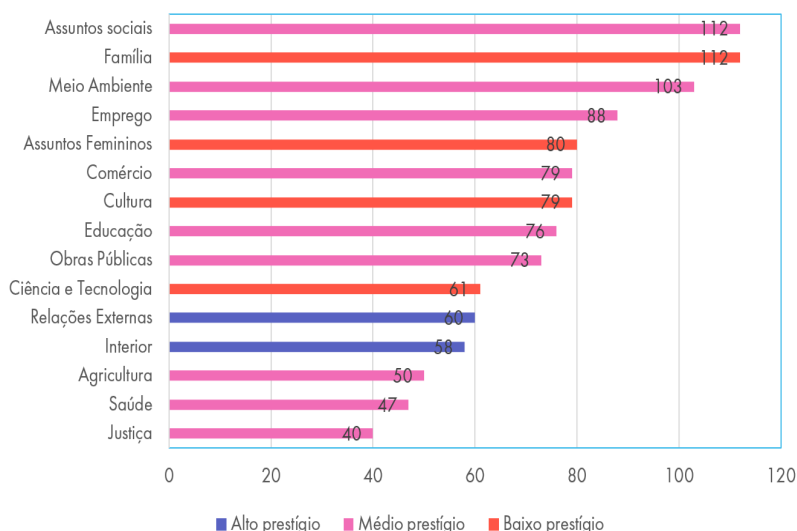
5. Resultados e discussão

A Espanha foi o país que mais incluiu as mulheres em cargos ministeriais de acordo com os dados da ONU. O país parlamentarista governado por uma coalização de centro-esquerda liderado pelo socialista Pedro Sánchez contava em janeiro de 2020 com uma média de 66,7% das pastas do alto escalão do governo chefiadas por ministras. María Jesús Montero estava na liderança do ministério das Finanças, um dos mais importantes do gabinete. Outro posto de prestígio liderado por uma mulher era o ministério das Relações Exteriores, tendo Arancha González Laya como a titular no período em que a pesquisa foi realizada.

Além das mulheres serem maioria nos cargos de primeiro escalão do governo espanhol, elas também se destacam por assumir pastas estratégicas e de grande importância política e orçamentária. No país, as Forças Armadas estavam subordinadas em janeiro de 2020 a uma mulher. Margarita Robles Fernandez assumiu o posto de ministra da Defesa em 2018. A lista de mulheres em cargos ministeriais também incluía as pastas do Trabalho; Meio Ambiente; Indústria, Comércio e Turismo; Política Territorial e da Igualdade. Na hierarquia do gabinete de ministros espanhol, o segundo posto mais importante também era chefiado por uma mulher, com Carmen Calvo no posto de primeira vice-presidente do governo.

A segunda posição no mapa é ocupada pela Finlândia, com um total de 61,7% dos cargos de primeiro escalão do governo comandados por mulheres, a começar pelo posto de primeira-ministra. Sanna Marin assumiu a função em 10 de dezembro de 2019 aos 33 anos, sendo a liderança mais jovem a ocupar o posto. No início de seu governo, outras mulheres também chefiavam pastas importantes do gabinete, incluindo o ministério das Finanças; do Interior; da Justiça; do Trabalho e da Educação. O país escandinavo também é referência em indicadores socioeconômicos, ocupando as primeiras posições em renda per capita e taxa de alfabetização.

Gráfico 1. Pastas com mais mulheres por prestígio ministerial



Fonte: o autor com base em Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson, 2005

O gráfico 1 apresenta as pastas com mais ministérios ocupados por mulheres de acordo considerando todos os 190 países anali-

sados. Para Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005), as mulheres têm cada vez mais conseguido acesso a ministérios de prestígio médio, sendo mais provável que elas chefiem as pastas da Educação ou da Saúde. Elas ressaltam que essas duas áreas contemplam “ministérios que controlam grandes orçamentos na América Latina, dado o papel do Estado como provedor de bens públicos” (ESCOBAR-LEMMON; TAYLOR-ROBINSON, 2005, p. 838).

Conforme mencionado pelas autoras, na América Latina os ministérios da Educação e da Saúde tendem a concentrar grande parte do orçamento público. A legislação brasileira, por exemplo, obriga as esferas federal, estadual e municipal a investir valores mínimos nessas áreas. Em relação à Saúde, o gasto entre os três entes federados está indexado em 13,2% da receita corrente líquida. Já para a Educação, a União precisa alocar no mínimo 18% do que é arrecadado, enquanto estados e municípios devem destinar pelo menos 25%.

Diante do contexto, colocaríamos também os ministérios da Educação e da Saúde no grupo dos mais prestigiados, sobretudo no contexto brasileiro e latino-americano. A pasta da Educação aparece em oitavo lugar na lista, enquanto a da Saúde apenas na 14ª posição. No Brasil, esses postos são tradicionalmente ocupados por homens. Nenhuma mulher foi nomeada ministra nas duas áreas desde a Constituição de 1988.

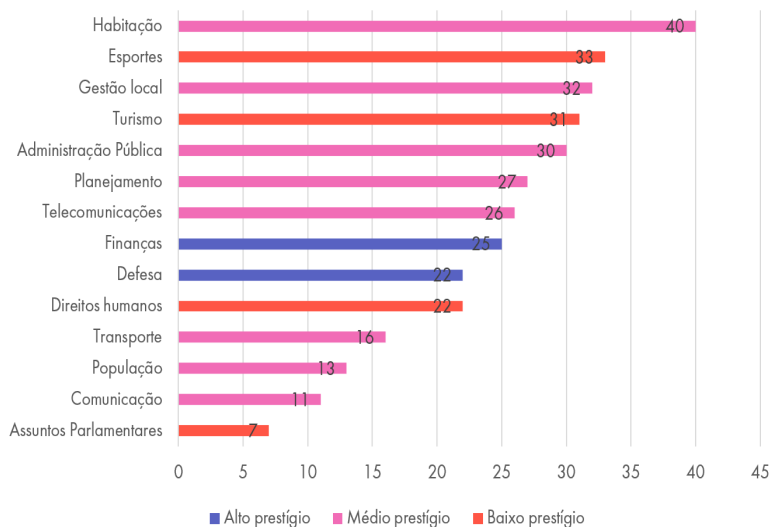
Dos 20 países que mais incluem as mulheres em cargos de primeiro escalão do governo, nove são da Europa. Além da Espanha e da Finlândia, aparecem na lista a Áustria (5), Suécia (7), Albânia (9), França (10), Andorra (11), Geórgia (18) e Holanda (20). Com exceção dos dois últimos, pelo menos metade das vagas são ocupadas por ministras. Desse grupo, apenas a Geórgia não apresenta bons indicadores de renda, embora ocupe o nono lugar no índice de alfabetização.

O gráfico 2 mostra os ministérios com menos presença de mulheres entre os 190 países do levantamento. Economia e Defesa, duas das pastas com maior prestígio, aparecem nas últimas posições, ficando à frente apenas das pastas de Transporte; População; Comunicação e Assuntos Parlamentares. Em toda a história do Brasil, nenhuma mulher ocupou esses dois ministérios considerados de alto prestígio, nem mesmo durante os governos da presidenta Dilma Rousseff. Por sua vez, os países mais bem colocados na lista, como Espanha, Finlândia e Nicarágua, também recrutaram mulheres para esses postos. A maior parte das pastas desse recorte são de médio prestígio, como Habitação; Administração Pública; Planejamento e Transporte.

Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005), argumentam que os ministérios de médio prestígio “controlam recursos financeiros significativos, mas carecem da visibilidade dos cargos principais”. No entanto, os ministérios com baixo prestígio não gozam de orçamentos expressivos e nem de notoriedade. Nessa parte do gráfico, foram listadas as pastas de Assuntos Femininos; Cultura; Ciência e Tecnologia; e Família com as de menor impacto. No Brasil, os únicos dois ministérios ocupados por mulheres durante a coleta dos dados da pesquisa eram justamente o da Família e da Agricultura, considerados de baixo e médio prestígio, respectivamente.

A América Latina foi a segunda região com melhor desempenho entre os 20 países com mais ministras, dominando um quarto da lista. A Nicarágua ocupou o terceiro lugar mundial com 58,8% de mulheres em cargos de primeiro escalão do governo. Entre as pastas ocupadas durante a coleta dos dados, estavam a do Interior e a da Defesa, consideradas de grande prestígio. O país caribenho também possuía os ministérios da Educação, Saúde, Meio Ambiente, Trabalho e Família chefiados por ministras. A lista de países latino-americanos entre as primeiras posições é completada por Colômbia (5), Peru (6), Costa Rica (13) e El Salvador (17).

Gráfico 2. Pastas com menos mulheres por prestígio ministerial



Fonte: o autor com base em Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson, 2005

O continente africano também somou cinco países com mais ministras entre os 20 primeiros. O melhor posicionado foi Ruanda, em oitavo lugar, com um total de 53,6% de pastas ocupadas por mulheres. Cabe ressaltar que o país liderou o mapa “Mulheres na Política” no quesito representação parlamentar, com 61,3% das cadeiras do Legislativo ocupadas por deputadas. Também aparecem na lista dos países africanos, Guiné-Bissau (14), África do Sul (15) e Etiópia (17). Esse último, com os piores indicadores de renda e alfabetização entre os primeiros colocados. Por outro lado, Seychelles, em 19º, apresenta os melhores indicadores socioeconômicos do continente.

6. Considerações finais

A nomeação de mulheres está se tornando mais comum nos gabinetes de governo. Além disso, conforme exposto por Homola (2021), é difícil não encontrar pelo menos uma delas ocupando um cargo de ministra em algum país. Dos 190 países analisados, apenas 9 não tinham nenhuma ministra, o que sugere que o custo político de excluir as mulheres tornou-se muito alto para ser ignorado pelos chefes de governo. A intenção desta análise foi ampliar nossa compreensão sobre a qualidade dos cargos ministeriais femininos em nível global a partir dos dados quantitativos elaborados pela ONU.

Um fato que chamou atenção foi a ausência de representantes da Ásia, Oriente Médio e Oceania entre os 20 países mais inclusivos na distribuição de cargos ministeriais. O Brasil ficou entre os últimos colocados, na posição 154^º, com apenas 9,1% de ministras. A China, segunda maior potência econômica, ficou ainda mais distante, em 168^º, com 6,5% de presença feminina no alto escalão do governo. Por sua vez, a Etiópia, um dos países mais pobres, contou com quase metade dos ministérios chefiados por mulheres, incluindo a pasta da Defesa.

A nossa hipótese considerava a qualidade dos cargos oferecidos no primeiro escalão às mulheres, e não apenas a quantidade. Nesse sentido, o que esperávamos era de que as mulheres ocupassem cargos com menos importância do ponto de vista político e orçamentário, o que de fato se confirmou. Por meio da classificação proposta por Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005) foi possível identificar os ministérios por alto, médio e baixo prestígio. A pasta mais prestigiada que melhor pontuou foi a de Relações Exteriores, aparecendo em 11^º lugar na lista.

Dos 190 países, apenas 60 confiam às mulheres a responsabilidade de cuidar da sua diplomacia. Já a pasta de finanças, consi-

derada a de maior impacto por administrar a economia, era liderada por somente 25 mulheres no mundo durante a coleta, entre os 190 países analisados, ficando em 23º lugar entre as pastas mais ofertadas às mulheres.

Por sua vez, os ministérios de baixo e médio prestígio foram aqueles em que as mulheres mais foram recrutadas, incluindo pastas socialmente importantes, como a da Cultura, mas com baixo orçamento e visibilidade. Além disso, pastas temáticas como a da Família e de Assuntos Femininos, também de baixo impacto, se destacaram entre as áreas mais ofertadas. Portanto, confirmando a nossa hipótese, os cargos de maior prestígio continuam a ser comandados por homens.

Uma contribuição deste estudo foi analisar a qualidade dos cargos ocupados pelas mulheres na hierarquia do gabinete ministerial. Concluímos que em muitos casos elas estão ocupando postos sem muita importância e com a finalidade de preencher um percentual mínimo de pastas para responder às pressões, validando a interpretação de Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005).

Não obstante, outras pesquisas podem ampliar o debate da igualdade de gênero na política. Uma sugestão é identificar os fatores de oferta e demanda que convencem um chefe de governo a nomear mulheres para o seu gabinete. Além disso, pastas de outras esferas de governo, como municipais e estaduais, podem ser analisadas. Outra opção é verificar a relação de variáveis sociais e econômicas na presença feminina em ministérios e outros cargos de primeiro escalão em governos subnacionais.

Referências

ALBERTI, Carla; DÍAZ-RIOSECO, Diego; VISCONTI, Giancarlo. Gendered Bureaucracies: Women Mayors and the Size and Composition of Local Governments 1. 2021.

AMORIM NETO, Octavio. Presidential cabinets, electoral cycles, and coalition discipline in Brazil. *Legislative Politics in Latin America*, p. 48-78, 2002.

BARNES, Tiffany D.; BURCHARD, Stephanie M. "Engendering" politics: The impact of descriptive representation on women's political engagement in Sub-Saharan Africa. *Comparative Political Studies*, v. 46, n. 7, p. 767-790, 2013.

BLONDEL, Jean. *Government ministers in the contemporary world*. Sage, 1985.

DAHLERUP, Drude. *Representing women: Defining substantive representation of women*. 2014.

DAVIS, Rebecca Howard. *Women and power in parliamentary democracies: Cabinet appointments in Western Europe, 1968-1992*. U of Nebraska Press, 1997.

DESPOSATO, Scott; NORRANDER, Barbara. The gender gap in Latin America: Contextual and individual influences on gender and political participation. *British journal of political science*, p. 141-162, 2009.

ESCOBAR-LEMMON, Maria; TAYLOR-ROBINSON, Michelle M. Women ministers in Latin American government: When, where, and why?. *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 4, p. 829-844, 2005.

ESPINOZA, Fran; GERARDI, André. Gabinetes ministerias da Bolívia e Brasil: novos atores sociais ou velhas elites tecnocráticas. 1º Seminário Internacional de Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 10, 2015.

FEENEY, Mary K.; CAMARENA, Leonor. Gender, race, and diversity values among local government leaders. *Review of Public Personnel Administration*, v. 41, n. 1, p. 105-131, 2021.

FREIDENBERG, Flavia. Electoral Reform and Political Representation of Women in Latin America. In: Oxford Research Encyclopedia of Politics. 2020.

GITIRANA, Julia Heliodoro Souza; KREUZ, Letícia Regina Camargo. Ministras de Estado: uma análise prosopográfica das mulheres nos cargos máximos da República de 1985 a 2019. Revista da Faculdade de Direito, n. 43, p. 245-266, 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HOMOLA, Jonathan. The Effects of Women's Descriptive Representation on Government Behavior. Legislative Studies Quarterly, 2021.

LAWLESS, Jennifer L. Politics of presence? Congresswomen and symbolic representation. Political research quarterly, v. 57, n. 1, p. 81-99, 2004.

NORRIS, Pippa. Women's legislative participation in Western Europe. West European Politics, v. 8, n. 4, p. 90-101, 1985.

NORRIS, Pippa et al. (Ed.). Passages to power: Legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge University Press, 1997.

O'BRIEN, Diana Z.; PISCOPO, Jennifer M. The impact of women in parliament. In: The Palgrave Handbook of Women's Political Rights. Palgrave Macmillan, London, 2019. p. 53-72.

RAWŁUSZKO, Marta. And if the opponents of gender ideology are right? Gender politics, Europeanization, and the democratic deficit. Politics & Gender, p. 1-23, 2019.

REDMOND, James. An Assessment of Whether Gender Affects Ministerial Recruitment. Dublin L. & Pol. Rev., v. 1, p. 41, 2020.

SCHLOZMAN, Kay Lehman et al. Gender and citizen participation: Is there a different voice?. American Journal of Political Science, p. 267-293, 1995.

SHVEDOVA, Nadezhda. Obstacles to women's participation in parliament. Women in parliament: Beyond numbers, v. 33, p. 22-45, 2005.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. (Ed.). Gender and representation in Latin America. Oxford University Press, 2018.

TRUE, Jacqui; MINTROM, Michael. Transnational networks and policy diffusion: The case of gender mainstreaming. *International Studies Quarterly*, v. 45, n. 1, p. 27-57, 2001.

Sobre o autor

Erivelto Amarante

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná.
E-mail: novo.eri@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4158-3444>.

